

**Aos trabalhadores não docentes  
das escolas e jardins-de-infância  
da Rede Pública**



**sindicato  
dos trabalhadores  
da função pública  
do sul e açores**

**Temos razões para lutar**

**Greve Geral dia 30 de Maio**

**As escolas e os jardins de infância da Rede Pública são a resposta que garante o Ensino e a Educação como um direito universal que conquistamos com o 25 de Abril de 1974.**

Os trabalhadores não docentes desenvolvem uma função, como já o demonstraram, que é fundamental para o funcionamento das escolas nas suas várias vertentes, auxiliar de acção educativa, administrativa, social e até pedagógico. Por este facto os trabalhadores esperavam que este Governo/PS/Sócrates não desse continuidade às políticas do Governo de Durão/Santana, que, com a publicação do DL.184/2004 e a revogação de DL.515/99, destruiu a possibilidade de haver uma dignificação das nossas funções e consequentemente a prestação de um serviço público de maior qualidade que estava subjacente ao DL 515/99, que resultou da luta dos trabalhadores e de um longo processo negocial com o Governo PS/Guterres.

Mas, o Governo do PS/Sócrates não só deu continuidade àquelas políticas neo-liberais como as agravou, através da criação de condições para a privatização de serviços públicos e do vínculo laboral, nomeadamente, na área da educação e do ensino.

Um sinal claro de que as políticas deste governo vão neste sentido é, nomeadamente, o do encerramento de escolas por todo o País com maior incidência no interior, contribuindo de forma decisiva para a indesejada desertificação, nuns casos e, para abertura deste "mercado da educação e ensino" à iniciativa privada, noutros.

**Os trabalhadores não podem aceitar a sua transferência para o Poder Local, como se nada fosse com eles.**

Outra medida que este governo está a querer pôr em prática, dando continuidade às políticas do anterior Governo PSD/CDS, através dos **Conselhos Municipais de Educação (CME)** que estes criaram, e que não se sabe ao certo se são órgãos de coordenação ou de consulta, com competências pouco claras e uma composição pouco ajustada e incoerente com as suas funções. Estes CMEs mais não são do que um instrumento político avançado já pelo anterior Governo como primeiro passo para uma falsa descentralização da administração educativa ao nível municipal, que o Governo/Sócrates prossegue deixando para si a definição das políticas educativas e transferindo

para o Poder Local a gestão material e de recursos humanos e, mesmo sabendo que este processo é polémico, o governo está a querer pô-lo em prática sem qualquer discussão alargada aos vários intervenientes no processo educativo.

A transferência para as autarquias locais, dos Jardins-de-infância e restantes escolas dos três ciclos do ensino básico tem como objectivo uma lógica de municipalização da educação, que, a acontecer, vai levar-nos a médio prazo, ao acentuar das desigualdades no tratamento dos trabalhadores das escolas e das populações escolares, de município para município.

O que o poder central pretende, leia-se o Governo, é empurrar a responsabilidade das suas políticas educativas e economicistas para as Câmaras Municipais e Conselhos Executivos a quem o governo pomposamente chama, "lideranças locais ou autonomizadas" que pretende instrumentalizar.

A ser feita esta transferência de competências, o nosso futuro profissional ficaria ameaçado, nomeadamente porque:

- As Câmaras Municipais não estão preparadas para o exercício da Gestão da acção educativa;

- Vamos ficar dependentes do dinheiro que o poder central der, ou não der, para manter as escolas em funcionamento.
- Ao nível nacional os métodos de gestão das escolas passariam a ser diferenciados e a harmonia dos direitos e deveres dos trabalhadores seria posta em causa.

Em resumo o Governo encontrava assim, uma maneira de se libertar do odioso das suas políticas (que seriam geradoras de injustiças).

## CONTRATO COLECTIVO SECTORIAL



Passadas oito reuniões, depois da conclusão das matérias relacionadas com direitos, deveres e garantias, cuja negociação correu sem grandes dificuldades e com o resultado positivo para os trabalhadores, passámos à discussão dos horários de trabalho.

Para garantir a continuidade deste direito propusemos a remissão, no contrato colectivo sectorial, para o Decreto-Lei nº 259/98, de 18 de Agosto, que define os horários de funcionamento dos serviços (35 horas semanais) que se aplicam aos trabalhadores, independentemente do vínculo que detêm, pois só assim se garante a igualdade de tratamento.

Esta nossa posição teve da parte do Ministério da Educação (ME), uma resistência grande, com o argumento de que há instrumentos de gestão na Lei (Código do Trabalho) de que não querem

abdicar, nomeadamente o regime de adaptabilidade.

O ME perante o facto de a Federação não retirar a sua proposta e considerar que o Ministério não estava a cumprir, nomeadamente o que consta do DL 184/2004 e do Regulamento Interno para os trabalhadores das Escolas da autoria do próprio ministério, optou por pedir a suspensão da negociação desta matéria, deixando-a para reuniões futuras.

Os trabalhadores não estão esquecidos do que passaram e da confusão que se gerou nas escolas quando, devido a mudança de vínculo, lhes retiraram o direito às 35 horas e lhes impuseram 40 horas semanais, situação por que não vão querer voltar a passar; é por isso importante que se mantenham mobilizados para dar a resposta que o ME merece, caso não altere a sua posição.

**Os trabalhadores das escolas, independentemente do vínculo que detêm, sabem que só a luta pode trazer resultados, travar as políticas deste governo que põem em causa direitos fundamentais como o emprego, as carreiras e os salários, de entre tantos outros como a manutenção das funções sociais do Estado, de saúde, educação e segurança social que estão na mira do capital.**

**Dia 30 de Maio é dia de luta, dia de todos os trabalhadores exigirem a este governo políticas diferentes que ponham fim aos baixos salários à discriminação social, ao desemprego, políticas que tenham em conta os trabalhadores.**

**Adere à Greve Geral,  
no próximo dia 30 de Maio**